Emergência da África

O papel da China

O CONTINENTE africano esteve historicamente à margem das ondas de desenvolvimento e migração observadas em outros continentes como a América e a Ásia. Apesar de constante, a presença europeia nunca trouxe o impulso suficiente para promover o crescimento econômico sustentável no continente africano. Para alguns, teria até atrapalhado esse processo com suas constantes interferências nos assuntos estratégicos dos países africanos.

Dez anos após ser amaldiçoada pela revista *The Economist* como o "continente sem esperança", a África acaba de sair de uma década com taxas de crescimento bem acima das observadas nas nações desenvolvidas que formam a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, até mesmo, nos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). A maior parte das nações africanas cresceu acima dos 6% ao ano na última década, além de apresentar incremento anual da produtividade de 2,7% e intensificar seu fluxo comercial com o resto do mundo em mais de 200% ao longo desse período. Segundo dados da OCDE, na década de 2000, as economias africanas aceleraram sua velocidade de desenvolvimento justamente nos anos em que as economias mais avançadas se estagnaram.

Esse reposicionamento da África na economia mundial é, em grande parte, explicado por seus relacionamentos comercias. Além dos tradicionais parceiros econômicos europeus e norte-americanos, a África deu início a uma estreita relação com novos parceiros emergentes. Diversos estudos acadêmicos indicam que, se nos anos 1990 os países do G-7 foram a locomotiva do desenvolvimento em nações africanas, na década seguinte, os Brics passaram a desempenhar este papel. E como seria de se esperar, a China passou a se destacar como o principal parceiro do continente africano na última década. Segundo estimativas, um crescimento de 1% na economia chinesa acarretou um crescimento de 0,3% nos países de baixo rendimento.

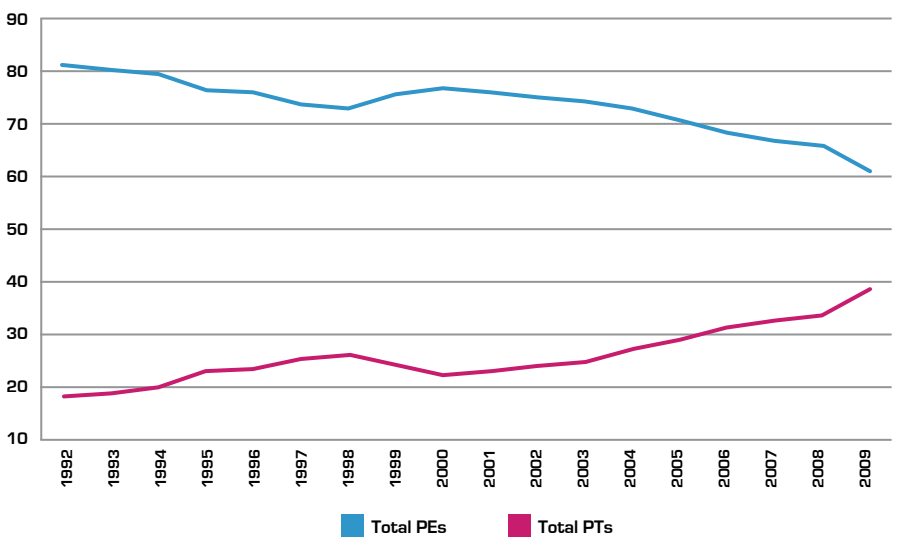
A complementaridade das economias do continente com a China parece evidente, sendo as primeiras ricas em recursos naturais, principalmente petróleo e terras, e a segunda se destacando como o principal produtor mundial de bens manufaturados de baixo custo. O crescimento chinês nas últimas décadas transformou o grande tigre asiático no maior demandante de *commodities* do planeta, e a relação com países africanos se mostra cada vez mais vantajosa para os chineses.

Uma primeira medida dessa aproximação pode ser verificada pelos fluxos comerciais, em que se observa uma tendência de crescimento no comércio com parceiros emergentes em relação aos parceiros tradicionais.

Contudo, vale mencionar que a União Europeia ainda é responsável por 40% do fluxo comercial com a África, enquanto a China fica em apenas 38,5%. Contudo, mantida a tendência, essa situação deve se reverter prontamente. Como pode-se observar, outros emergentes também se apresentam como importantes parceiros comerciais do continente africano.

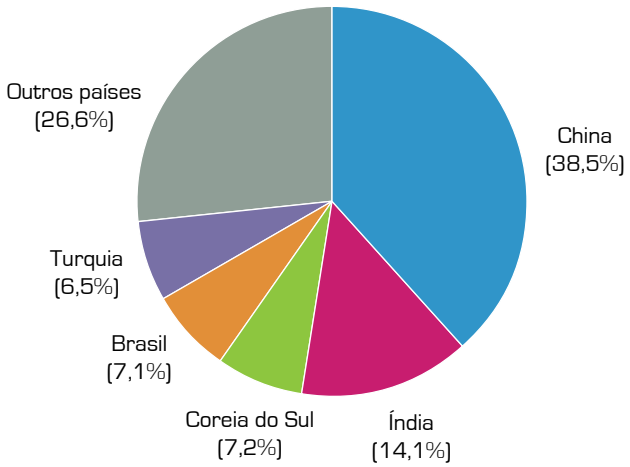
Quando se analisa o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), apesar do incremento na participação dos países emergentes (o IDE dos Brics cresceu de uma média de 18% entre 1995 e 1999 para 21% entre 2000 e 2008), Europa e EUA ainda são os principais investidores no continente africano. Dados da OCDE revelam que, em 2009, o IDE dos parceiros tradicionais ainda representava quase 80% do total no continente africano. No entanto, é interessante frisar que os investimentos estrangeiros se concentram em nações ricas em recursos naturais, especialmente em hidrocarbonetos como o petróleo (em 2010 respondiam por cerca de 75% do IDE na África).

Peso dos parceiros emergentes e tradicionais no comércio com a África (%)



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE com base em dados ComTrade

Comércio total da África com parceiros emergentes (2009)



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE com base em dados ComTrade

Outras modalidades de investimento se mostram mais presentes nas relações entre nações emergentes e países africanos. Novos mecanismos de financiamento denominados "créditos mistos", como as linhas de crédito a exportações e linhas de créditos e garantias por recursos naturais passaram a se integrar ao IDE. Esses novos instrumentos têm permitido o financiamento de projetos que, de outra forma, dificilmente seriam implementados pela iniciativa privada. Dessa forma, permite-se que países africanos implantem refinarias e complexos petroquímicos que permitam agregar valor aos recursos naturais explorados nessas nações.

Dentre as vantagens de parcerias com emergentes, pode-se mencionar uma visão mais holística para promoção das exportações. A menor burocracia dessas parcerias, se comparada aos projetos e investimentos com os parceiros tradicionais, é apontada como outra vantagem das parcerias com nações emergentes, especialmente com a China. Melhores prazos de pagamento e uma taxa mais elevada de transferência de tecnologia e *know-how* também podem ser mencionados.

Obviamente, esses mecanismos de auxílio financeiro implicam na exportação de recursos naturais para a China ou na importação de produtos chineses. Ao longo da última década, a China se tornou a principal fornecedora de manufaturas no continente africano, atingindo quase 20% do total de importações do continente (em 2000 era responsável por pouco mais de 5%). Ainda assim, a produção de bens manufaturados praticamente dobrou na África, sendo que a maior parte dessa produção se dirige às nações emergentes, o que pode representar uma chance de diversificação da produção africana.

Ao se analisarem as parcerias entre nações africanas e países emergentes, verifica-se certo padrão com relação às áreas de desenvolvimento de projetos:

- China – desenvolvimento de infraestrutura e edificações;
- Índia – áreas intensivas em competências e serviços;
- Brasil – agricultura e transformação agroalimentar.

Dessa forma, cada uma dessas nações parece auxiliar o desenvolvimento africano em áreas em que detém maior *expertise*. Pode-se observar ainda que o perfil de *expertise* das nações emergentes se complementa com os tradicionais parceiros europeus e norte-americanos. No comércio, esse aspecto fica evidente, pois o perfil das importações originárias da China tem valor bem inferior àquelas advindas da Europa. E parece que esta linha de produtos com tecnologias mais



SXC.HU

baratas é muito bem-vinda em sociedades com as menores rendas *per capita* do planeta.

A competição direta entre parceiros emergentes e tradicionais se concentra justamente no fluxo inverso: as exportações do continente africano. A disputa por recursos naturais, como minérios, petróleo e pedras preciosas, está mais acirrada, o que pode gerar condições mais favoráveis de negociação para os países africanos. Mais recentemente, a busca por terras agricultáveis também vem despertando o interesse das nações emergentes, dando origem ao processo de *land grabbing* (ver box). A China é o principal comprador de grandes extensões de terra, visando produzir alimentos para comercialização no território chinês.

As diversas modalidades de relacionamento comercial entre nações africanas e países emergentes precisam ser olhadas sem preconceitos, mas com cautela. Inicialmente, é preciso vislumbrar esses investimentos como uma transação legítima que pode trazer vantagens aos investidores e às sociedades africanas. Contudo, é necessário ter cautela devido ao histórico de exploração vivido pelo continente. Instituições frágeis e corrupção no processo de concessão e aprovação de investimentos podem reduzir substancialmente os ganhos que estas parcerias trariam.

De forma geral, encontra-se pouco consenso de como estas novas parcerias comerciais estariam afetando o perfil de desenvolvimento dos países africanos. Um exemplo dessa relação dúbia estaria no impacto que a demanda de nações emergentes por *commodities* agrícolas e minerais teve sobre as cotações, mesmo em períodos de crise nas nações desenvolvidas. Se por um lado essa inflação no preço das *commodities* pode beneficiar a África, que exporta vários destes produtos, por outro, a subida no preço de alimentos que decorreria deste processo pode gerar riscos à segurança alimentar em várias destas nações.

Outra preocupação estaria relacionada ao perfil dos fluxos comerciais, notadamente de baixo valor agregado, que poderia dificultar o desenvolvimento de uma indústria local. O fantasma da Doença Holandesa sempre está presente em nações com este perfil, alertando sobre um possível efeito perverso que divisas oriundas das exportações de recursos naturais teriam sobre o câmbio e a indústria de nações em desenvolvimento. Ainda assim, os números revelam um crescimento da atividade manufatureira no continente, em grande parte apoiada pelos mecanismos de financiamento oferecidos pelos parceiros emergentes.

Por fim, resta saber como as economias africanas reagiriam a uma desaceleração de sua nova locomotiva, a China. O tão esperado *soft landing* da economia chinesa já começa a mostrar sua cara, apesar de os últimos números revelarem crescimento em 2011 ainda acima de 9%. A depender da suavidade dessa aterrissagem, as nações africanas poderiam enfrentar escassez de recursos para investimento. Contudo, é pouco provável que a demanda pelos recursos naturais se reduza de forma abrupta no curto prazo. ■

Land Grabbing e a nova colonização da África

A independência da última colônia europeia na África, a Somália Francesa, ocorreu em junho de 1977. Passados mais de trinta anos, observa-se um novo movimento de ocupação do território africano por estrangeiros, desta vez motivada pelas fartas extensões de terras agricultáveis. Agricultura pouco intensiva, população muito carente e elites políticas ambiciosas aceleram este processo.

Nessa corrida pelas terras africanas, novamente as nações emergentes parecem substituir os tradicionais "parceiros" europeus. Dados mostram que a China teria comprado ou alugado pelo menos o dobro de terras que qualquer outra nação. A explicação para isso parece um tanto óbvia: muitas bocas a alimentar e um grande contingente de trabalhadores dispostos a cultivar terras mundo afora.

Nesse último ponto, os investimentos chineses se distinguem da maioria dos países desenvolvidos que se envolveram em operações semelhantes. A maioria dos países não envia seus cidadãos para trabalharem diretamente na produção agrícola, prática bem comum nos empreendimentos chineses.

Outra peculiaridade da investida chinesa está na atuação do Estado nas operações, que geralmente inclui parcerias público-privadas. Empresas estatais, como a COFCO (*China National Cereals, Oils and Foodstuffs Import and Export Company*), desempenham papel central nesse processo e auxiliam no financiamento das operações de empresas privadas chinesas.

Segundo estudo sobre o tema realizado pela FAO-ONU1, após a subida nos preços das principais *commodities* alimentares em 2008, o Ministério da Agricultura chinês decidiu traçar uma estratégia para elevar a segurança alimentar do país. O cultivo de terras em outro países seria o principal instrumento com esta finalidade.

Fica claro que a crise de alimentos que se abateu sobre o mundo em 2008 tornou evidente como a segurança alimentar era fundamental para o desenvolvimento das nações, principalmente daquelas com crescente população urbana. A China logo se deu conta e passou a buscar alternativas para incrementar sua produção agrícola.

Fica o questionamento de como essa nova onda colonizadora impactará na estratégia de desenvolvimento dos países africanos. De toda forma, fica evidente que, mais uma vez, o processo de desenvolvimento do continente fica diretamente dependente de estrangeiros.